

AS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE PROFESSORAS GUARANIS E KAIOWÁS EM ESTUDOS DE SUA AUTORIA

SCHOOL EXPERIENCES OF GUARANI AND KAIOWÁ TEACHERS IN THEIR STUDIES

EXPERIENCIAS ESCOLARES DE PROFESORAS GUARANÍES Y KAIOWÁS EN ESTUDIOS DE
SU AUTORÍA

Neide Borges Pedrosa

Doutora em Educação.

Universidade Federal de Rondônia/UNIR

Porto Velho- Rondônia, Brasil

ORCID - [0000-0002-1322-6928](https://orcid.org/0000-0002-1322-6928)

neibpedrosa@gmail.com

Carlos Magno Naglis Vieira

Doutor em Educação.

Universidade Federal de Rondônia/UNIR

Porto Velho- Rondônia, Brasil

ORCID - <http://orcid.org/0000-0003-4004-4836>

cmhist@hotmail.com

Suzana Gonçalves Batista Naglis

Mestre em História

Porto Velho- Rondônia, Brasil

ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-1582-8284>

suzananaglis@gmail.com

Rogeria Moreira Rezende Isobe

Doutora em Educação.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Uberaba-Minas Gerais, Brasil

ORCID - [0000-0002-4762-9100](https://orcid.org/0000-0002-4762-9100)

rogeria.isobe@uftm.edu.br

RESUMO

O artigo é fruto das experiências de pesquisa com o povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, da escuta sensível realizada para com as produções de autoria indígena e das discussões e ações que se fizeram presentes no projeto de pesquisa *O protagonismo indígena no Mato Grosso do Sul em estudos de autoria etnográfica: reflexões sobre pedagogias, escolas, crianças/infâncias e histórias de vida* e no grupo de pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq. O texto tem como objetivo identificar e analisar nos escritos das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás informações e concepções sobre suas escolas indígenas e suas experiências escolares. O artigo parte da revisão de literatura de três dissertações de mestrado de professoras indígenas guarani/kaiowá defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e de leituras de artigos que fundamentam essas produções. O foco de análise será a educação básica e a influência que este período de formação acadêmica teve em suas vidas. Os resultados, ainda preliminares, apresentam que existe uma dificuldade de se estabelecer um currículo de ensino que valorize os dois conhecimentos (tradicional/indígena e moderno/colonizador).

Palavras-chave: professoras guaranis e kaiowás; escolas indígenas; Mato Grosso do Sul; autoria indígena.

ABSTRACT

The article is the result of research experiences with the Guarani and Kaiowá people of Mato Grosso do Sul, the sensitive listening carried out with the productions of indigenous authorship and the discussions and actions that were present in the research project *Indigenous protagonism in Mato Grosso do Sul in ethnographic authorship studies: reflections on pedagogies, schools, children/childhoods and life stories* and in the Intercultural Education and Traditional Peoples Research Group/CNPq. The text aims to identify and analyze in the writings of the guarani and kaiowá teachers/researchers information and conceptions about their indigenous schools and their school experiences. The article is based on a literature review of three master's thesis by indigenous guarani/kaiowá professors defended in the graduate program in Education (PPGE) of the Dom Bosco Catholic University (UCDB) and readings of articles that support these productions. The focus of analysis will be basic education and the influence that this period of academic training had on their lives. The results, still preliminary, show that is difficult to establish a teaching curriculum that values both knowledge (traditional/indigenous and modern/colonizing).

Keywords: Guarani and Kaiowá teachers; indigenous schools; Mato Grosso do Sul; indigenous authorship.

RESUMEN

Este artículo es resultado de experiencias de investigación con los pueblos Guaraní y Kaiowá de Mato Grosso do Sul, de la escucha sensible realizada con los estudios de autoría indígena y de las discusiones y acciones que estuvieron presentes en el proyecto de investigación *O protagonismo indígena en Mato Grosso do Sul en los estudios de autoría etnográfica: reflexiones sobre pedagogías, escuelas, niños/infancias e historias de vida* y en el grupo de investigación Educación Intercultural y Pueblos Tradicionales/CNPq. El texto tiene como objetivo identificar y analizar en los escritos de las profesoras/investigadoras guaraníes y kaiowás informaciones y concepciones sobre sus escuelas indígenas y sus experiencias escolares. El artículo se basa en una revisión bibliográfica de tres tesis de maestría de profesoras indígenas guaraní/kaiowá defendidas en el Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB) y lecturas de artículos que sustentan esos trabajos. El foco de análisis será la educación básica y la influencia que tuvo este período de formación académica en sus vidas. Los resultados, aún preliminares, muestran que existe una dificultad para establecerse un currículo docente que valore los dos saberes (el tradicional/indígena y el moderno/colonizador).

Palabras-clave: profesoras guaraníes y kaiowás; escuelas indígenas; Mato Grosso do Sul; autoría indígena.

Introdução

Escrever um artigo que tem com discussão culturas ancestrais – no caso desse texto, os povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul –, é sempre um desafio, pois exige do(s) pesquisador(es), autor(es), uma atenção, um cuidado, uma certa vigilância com as palavras, com a postura e os caminhos delineados para a produção do conhecimento. Podemos mencionar que esse texto é um exercício que nos permitiu uma reeducação do olhar, no qual vamos apresentar e dialogar com as

produções indígenas a partir das “suas percepções, sem as teorias ocidentais e seus pré-julgamentos” (VIEIRA; ABREU, 2021, p. 2).

Este artigo é fruto das experiências de pesquisa com o povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, da escuta sensível realizada para com as produções de autoria indígena e das discussões e ações que se fizeram presentes no projeto de pesquisa *O protagonismo indígena no Mato Grosso do Sul em estudos de autoria etnográfica: reflexões sobre pedagogias, escolas, crianças/infâncias e histórias de vida* e no grupo de pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq.

O objetivo do artigo é identificar e analisar nos escritos das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás informações e concepções sobre suas escolas indígenas e as suas experiências escolares. Os escritos são resultados das dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no período de 2012 a 2018. É importante ressaltar que, para a fundamentação desse objetivo, fez-se necessária a leitura de artigos que fundamentam esses trabalhos.

As produções realizadas pelos intelectuais guaranis e kaiowás do Mato Grosso do Sul evidenciam que, além de trazerem o protagonismo dos índios, mostram modos outros de se fazer pesquisa, narrar histórias e apresentar saberes e conhecimentos próprios (AQUINO, 2012; LESCANO, 2016; BENITES, 2014; CARVALHO, 2018). Por meio de trabalhos acadêmicos dos guaranis e kaiowás, aprendemos a ouvir e a ouvir com atenção, com respeito e sabedoria.

O diálogo com diferentes estudos da pós-colonialidade mostra que as produções de autoria dos acadêmicos indígenas evidenciam o processo (auto)etnográfico ou a antropologia de si mesmo. A partir delas podemos entender

[...] outras maneiras de ler, indagar e investigar, de olhar, saber, sentir, escutar e estar que desafiam a razão única da modernidade ocidental, tensionam nossos próprios marcos disciplinados de estudos e interpretação, e façam questionar desde e com racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de viver radicalmente distintos (WALSH, 2010, p. 222).

As dissertações das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás com as quais dialogamos e analisamos tiveram, como foco de pesquisa, cidades específicas do Mato Grosso do Sul, como Dourados, Amambá e Caarapó. Esses municípios, localizados na região sul do Mato Grosso do Sul, compreendem as Terras indígenas

de Dourados, Amambai e Tey'Kue (Caarapó). Para as populações indígenas, em geral, a questão territorial tem muita importância, pois entendem "que os espíritos dos seus antepassados protegiam o seu Tekoha (território)" (AQUINO, 2012, p. 26). Ao longo das pesquisas, relatos de mudanças ocorreram; as perdas das suas reservas ficaram registradas e as experiências pessoais mostraram como estas três mulheres – professoras/pesquisadoras – se dedicaram a fazer o melhor para a preservação da sua cultura, não somente para si mesmas, mas para toda a comunidade indígena.

Os estudos que nos auxiliaram na elaboração desse texto foram das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás: Elda Vasques Aquino, intitulada *Educação escolar indígena e os processos próprios de aprendizagem: espaço de inter-relação de conhecimentos da infância Guarani/Kaiowá antes da escola, na Comunidade Indígena de Amambai - Amambaí-MS*, defendida em 2012; Teodora de Souza, com o título *Educação escolar indígena e as políticas públicas no município de Dourados/MS (2001-2010)*, defesa realizada no ano de 2013; Katiana Barbosa de Carvalho, intitulada *A matemática da cultura guarani/kaiowá e o processo de ensino/aprendizagem: diálogos de saberes*, defendida em 2018¹.

No Mato Grosso do Sul, alguns programas de pós-graduação têm-se aberto para as pesquisas dos acadêmicos indígenas. Entre eles se destaca o programa de pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, com a formação de mais de 20 mestres indígenas; além do PPGE/UCDB também temos experiências nos programas de pós-graduação em Antropologia, Educação e História, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD e o programa de Educação (profissional) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS.

Os acadêmicos, mestres e doutores que concluem seus trabalhos nesses espaços podem ser denominados de intelectuais indígenas. Esses intelectuais “são em primeiro lugar formados pela e na oralidade, e que mantêm a cultura oral como seu esteio de produção e transmissão, embora muitos deles hoje cheguem à academia” (BERGAMASCHI, 2014, p. 13). Ainda apoiado nas reflexões da autora,

esses intelectuais são os sábios da cultura tradicional, são aqueles que conjuga[m] a formação acadêmica, que se apropria[m] da escrita e das metodologias consagradas no meio acadêmico, mas que igualmente (e em primeiro lugar) é[são] formado[s] na oralidade e na perspectiva da tradição

¹ As dissertações foram orientadas pela professora Dra. Adir Casaro Nascimento e tiveram financiamento do Programa Observatório da Educação/MEC/CAPES.

de seu povo, atuando como um diplomata, um mediador entre dois mundos de saberes: o indígena e o não indígena (BERGAMASCHI, 2014, p. 13).

As produções de autoria indígena, realizadas mais especificamente nos programas de pós-graduação, se inscrevem, a partir de suas cosmovisões e tradições, nas dinâmicas culturais que se estabelecem entre os povos indígenas e a sociedade não indígena, envolvendo uma pluralidade de círculos e redes sociais, conflitos, continuidades e descontinuidades culturais e diferenciações sociais, em tempos nos quais os povos indígenas são chamados a se pronunciarem sobre quem são (BENGOA, 2000). Esses trabalhos narram suas histórias e as da comunidade, escrevem sobre suas infâncias, mapeam a sua escolarização e apresentam, em muitas situações, as suas escolas. Diante dessas observações, organizamos os objetivos abaixo apresentados.

O povo Guarani e Kaiowá: breves apontamentos

O Povo Guarani pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani, presente no Brasil, na Argentina, no Paraguai e na Bolívia. No Brasil, mais precisamente no estado de Mato Grosso do Sul, esse grupo está dividido em Ñandeva e Kaiowá e possui um contingente populacional de mais de 50 mil pessoas, o que lhe dá o destaque de ser a maior população indígena do país. Desse número, 35.000 estão dentro das terras indígenas e aproximadamente 8 mil fora delas.

Os primeiros registros dos guaranis e kaiowás no Mato Grosso do Sul foram redigidos por viajantes no século XVI, início da colonização. Os povos falantes de língua guarani habitavam aquele território junto com os charruas, guaianá e minuano, outrora coberto por densa floresta tropical (VIEIRA, 2016). Ainda sobre esses relatos iniciais, Chamorro (2015, p. 295) escreve que “os indígenas habitantes da região que se tornou o Mato Grosso do Sul, a princípio, foram chamados de Cário, pelos europeus que partiam de Assunção em direção à terra dos metais”; já o “termo Itatim, ele também é de origem guarani e foi usado tanto quanto topônimo e etnônimos”.

Nesse período ocorrem os primeiros contatos entre os sacerdotes da Missão Jesuíta e os indígenas. Sobre esse fato, Chamorro aponta que

Os Itatim foram missionados por menos de três décadas pelos jesuítas, de forma descontínua e em número provavelmente insignificante se comparada à população que permaneceu fora das reduções. Num cálculo superestimado, 2.000 indígenas teriam sido missionados e batizados pelos jesuítas no Itatim (CHAMORRO, 2015, p. 293-294).

O século XIX é marcado por expedições de sertanistas a serviço de homens como o barão de Antonina, que buscavam “liberar” a área para futura colonização e para instituir novas rotas para Cuiabá, substituindo assim o antigo caminho, realizado pelo Rio Tietê. Devido à guerra contra o Paraguai, na qual o território do atual sul do estado de Mato Grosso do Sul foi um dos cenários, a política de expedições não foi levada adiante. O conflito incitou os guaranis a se deslocarem para regiões mais seguras e justificou o posterior discurso oficial de que a região estava vazia e precisava ser ocupada. Após um pequeno período, os guaranis sofreram abusos por parte da Companhia Matte Laranjeira e La Industrial Paraguaya S.A. Aquino (2012, p. 31) escreve que “os avanços significativos para os exploradores da expansão econômica sobre o território tradicional Guarani e Kaiowá no sul do Estado se deu, na maior parte, pela ação da Companhia Mate Laranjeira, Thomas Mate-Laranjeira, em 1.882 [...]”.

Ainda sobre esse assunto, Chamorro (2015), em outras palavras, escreve que o trabalho na extração da erva-mate obrigava os indígenas a se deslocarem, o que causou a desorganização social, “perturbou as suas formas de produção, consumo e sociabilidade tradicionais” (p. 303). Houve também a exploração por parte dos fazendeiros que então ocupavam a área. Por fim, os indígenas foram acometidos por epidemias de varíola e tuberculose.

Ao longo da história dos guaranis e dos kaiowás no território sul mato-grossense, é possível identificar que eles foram atravessados por várias e diferentes interferências não indígenas. Chamar de interferências parece-nos até mesmo amenizar a invasão desse território com o qual a população guarani e kaiowá tem uma relação que vai além de uma ocupação de espaço geográfico (VIEIRA; ABREU, 2021).

A criação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados –, em 1943, pretendia estimular o desenvolvimento da pequena propriedade em detrimento do grande latifúndio e principalmente colonizar as áreas vazias e regiões de fronteiras, ou seja, tratou-se de um projeto governamental implementado pelo governo Getúlio Vargas no período de vigência do chamado Estado Novo (VIEIRA, 2016). Essa política de Estado e a posterior colonização que se seguiu pelas décadas de 1960 e 1970 contribuíram para as desorganizações internas do Povo Guarani e Kaiowá na região. Pressionados pelas missões religiosas e pelos fazendeiros, que já não precisavam mais da mão de obra indígena para a derrubada da mata nativa, a população guarani e kaiowá que vivia nos fundos das fazendas se viu obrigada a migrar para as aldeias.

Todas essas interferências foram responsáveis pelos movimentos de confinamento² (BRAND, 1997) das populações guarani e kaiowá, bem como pelo esparramo³ – para usar os mesmos termos de Brand (1993) e seus interlocutores na definição dos períodos de criação das reservas indígenas – bem como pelo afastamento dessas populações de seus territórios tradicionais. Segundo Aquino (2012),

[...] O objetivo do governo era criar as reservas e juntar os índios que viviam espalhados em vários lugares e arredores da mesma região para liberar as terras aos fazendeiros e praticar agricultura e criar gado. Por esse motivo os índios foram levados para área reservada. Muitos índios não queriam ir para esse local e insistiam em permanecer trabalhando nas redondezas porque os índios consideravam e respeitavam seus territórios tradicionais por entender que os espíritos dos antepassados protegiam o seu Tekoha (território). Sabe-se que até aquela época antes do esparramo dos parentes não havia fronteiras nem limites. Nas primeiras décadas do século vinte poucas famílias Guarani e Kaiowá viviam no espaço reservado, que apresentava áreas de terra próprias para a agricultura, com solos férteis, matas produtivas com áreas de cerrado e campo. Todas elas eram utilizadas para as práticas produtivas dos Guarani/Kaiowá, segundo seus usos e costumes (AQUINO, 2012, p. 26).

A situação descrita por Aquino (2012) continua presente, pois o confinamento e o aumento da população guarani no interior das reservas indígenas

² Segundo Brand, o confinamento dos kaiowás e guaranis deu-se por diferentes fatores, em especial, em decorrência da perda de seus territórios tradicionais, provocando a falta de condições para manterem seu modo de ser nos tekoha (aldeias) tradicionais, fazendo com que se aglutinassem dentro das reservas instaladas pelo SPI.

³ O termo esparramo, segundo Brand, foi amplamente empregado pelos informantes indígenas para caracterizar o processo de destruição das aldeias e o desmantelamento das famílias extensas em função do desmatamento. É o processo de dispersão que precede o confinamento no interior das reservas.

demarcadas colaboraram para uma redução do espaço disponível para o plantio, o que acarretou um esgotamento dos recursos naturais e trouxe dificuldades para a produção de alimentos. Em virtude desses acontecimentos, muitos indígenas guaranis passaram a depender de políticas de assistência social, de segurança alimentar presentes nas comunidades do Mato Grosso do Sul e convivem diariamente com o alcoolismo, altas taxas de suicídio, desnutrição infantil, prostituição que, por sua vez, causa o ingresso de DST/AIDS (BRAND, 1997).

As escolas indígenas e as experiências escolares em estudos de autoria indígena: com a palavra as professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás

A educação escolar indígena teve um significativo desenvolvimento após a constituição de 1988. No estado de Mato Grosso do Sul, alguns decretos, deliberações e diretrizes foram aprovados e contribuíram para a criação, no âmbito do estado, das categorias de escola indígena e professor indígena.

O processo de elaboração das políticas públicas específicas da educação escolar indígena é destacado e analisado no trabalho de Souza (2013). A professora/pesquisadora centraliza seus estudos no município de Dourados/MS, mais especificamente no âmbito dos espaços institucionais da educação – Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Câmara Municipal. A professora guarani destaca que houve importantes acontecimentos, vitórias, conquistas que marcaram a educação escolar indígena no município de Dourados; entre eles estão: a implementação da educação escolar específica na Terra Indígena do município de Dourados e na rede municipal de ensino como um todo; cursos específicos para professores não indígenas da rede municipal; reorientação curricular da rede municipal de ensino do município de Dourados, entre outras ações.

O fato apresentado por Souza (2013) mostra o quanto os guaranis e kaiowás lutaram para ter uma educação escolar diferenciada, específica, bilíngue e intercultural. Para essa reivindicação se concretizar, os professores enfrentaram muitas tensões com as secretarias (estado e município) e buscaram formação para a construção de um currículo diferenciado, diferente do modelo tradicional e hegemônico das escolas da cidade. Um currículo em que as atividades escolares

respeitassem a especificidades das suas comunidades, abordando os conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e os conhecimentos não indígenas. Com tal formação eles teriam conhecimentos para a construção e elaboração de materiais didático-pedagógicos bilíngues e interculturais para que fossem utilizados nas escolas das aldeias guaranis e kaiowás.

A dissertação de Aquino (2012), mesmo tendo eixo norteador a criança indígena e seus processos de aprendizagem, nos apresenta como a sua comunidade se transforma diariamente no contato com outras culturas e evidencia como a instituição “escola” é um instrumento de colonização. Nos estudos de Souza (2013) a escola indígena é compreendida como um espaço “de encontro das diferentes culturas e saberes, e o momento de discussão era o espaço em que se manifestavam diferentes visões de mundo sobre diferentes aspectos culturais” (p. 22). Nesta mesma direção, Aquino (2012) escreve que

A escola se instalou sem pedir licença na comunidade indígena, na época era para destruição da cultura Guarani/Kaiowá, mas no mundo atual em que vivemos precisamos dele para ter uma mediação entre o mundo dos não indígenas e o mundo indígena, ferramenta indispensável para transitá-lo na ponte do conhecimento e sabedoria, entre as fronteiras sem escolher o lado direito ou o lado esquerdo, mas sim ir além dessa tradição para saber lutar sempre pelo direito de viver e sobreviver no mundo moderno (p. 42-43).

As escolas indígenas que estudaram as professoras/pesquisadoras guaranis que dialogam conosco nesse texto são reflexos de escolas que tiveram, em sua gestão e na docência, docentes não indígenas, construídos por uma pedagogia moderna, hierárquica e colonizadora. Uma pedagogia que está marcada por um padrão de controle, que impede o reconhecimento de diferentes culturas, identidades e não permite o diálogo e nem reconhece os conhecimentos próprios.

Nesse sentido, um ponto importante a ressaltar nas produções das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás são as experiências vivenciadas na escola. Aquino (2012), logo na sua introdução, relata as punições recebidas por parte dos professores não índios, além da não compreensão da sua dificuldade de aprendizagem em decorrência de um currículo não adequado à sua realidade. Porém, esta realidade vem se alterando. Ela relata como os jovens vêm se preocupando em conversar com os mais velhos, em especial os “ñanderu e ñandesy” (líderes religiosos) de sua comunidade.

Dialogando sobre o mesmo assunto, Carvalho (2018) descreve, logo no primeiro capítulo, os abusos que sofreu ao ter aulas – mais precisamente, o racismo vivenciado –, com uma professora não indígena. Os escritos da professora compartilham com os leitores a sua dificuldade nas atividades, não por sua incapacidade, mas por não compreender o sentido e o significado do que lhe era pedido em português. Em contraste com esta situação, ela conta quão diferente foi o aprendizado quando uma professora indígena começou a ensinar-lhe em sua língua nativa. Aquino (2012), nesse mesmo contexto, assinala que

A minha aprendizagem sempre se deu pela memorização, sem entender direito o que lia, porque as leituras eram em Português. Lembro que a primeira palavra que consegui ler foi MA-CA-CO, sem saber o que era isso. Muito tempo depois fui entender que era um animal que vivia no mato e que conhecia desde pequena como KA'I. Se fosse ler na minha língua, o guarani, com certeza entenderia com mais facilidade (p. 12).

A experiência final descrita por Aquino (2012), relacionada ao elemento linguístico, pode ser observada em outras produções acadêmicas de autoria indígena. Essa experiência não fica restrita, especificamente a crianças da etnia guarani do Mato Grosso do Sul, mas é realidade de muitos outros grupos étnicos que sofreram com a imposição da colonização.

As produções das professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás denunciam que, em virtude da não demarcação de terra, não houve um aumento de território proporcional ao crescimento de sua população, o que afetou, de forma direta e indireta, o desenvolvimento das gerações seguintes, entre outras razões, pela falta de espaço para as crianças interagirem entre si. Esse fator atinge diretamente a escola indígena, que precisou passar por um aumento de sua estrutura devido ao crescimento da aldeia.

O principal problema atual é a falta de terra por estarmos vivendo num espaço muito delimitado da reserva que tornam nosso transitar em grandes desafios. Sem esse espaço sagrado não há vida na terra, e nem podemos continuar a viver e sobreviver, e sem ela a nossa cultura e nossa tradição se enfraquecerão (AQUINO, 2012, p. 45).

É interessante perceber a conexão entre os relatos das produções de pesquisa de Katiana Carvalho (2018) e Elda Aquino (2012) sobre a inclusão das crianças nas principais atividades da comunidade, entre elas, a escola. Enquanto Aquino (2012) evidencia que a inclusão da criança faz parte do aprendizado "pré-escolar", Carvalho

(2018) nos relata como a convivência direta nas discussões de sua comunidade se tornou memória agradável da sua infância. Nesse sentido, é possível verificar o quanto a criança está presente, não somente no momento de ajudar os pais com a plantação, mas também nos debates da aldeia, nas tomadas de decisões, nas reuniões da comunidade, entre outros momentos.

Sobre esse assunto, é importante entender o quanto a criança guarani e kaiowá, no caso desse texto, é agente ativo e presente na comunidade. São atores sociais, capazes de criar, reinventar, experienciar e transmitir culturas e saberes para o mundo dos adultos. Mesmo as professoras/pesquisadoras compreendendo a importância do convívio da criança guarani no contexto da comunidade e da escola, as experiências vividas por elas mostram uma diferença. Aquino (2012) descreve que enquanto na comunidade se sentia incluída, quando ia para a escola a situação era completamente diferente.

Lembro como se fosse hoje: ele me mandou fazer os números de zero a cem. Tentei fazer, mas não consegui escrever nem o número um não sabia! Então ele me deu umas palmadas de régua. Chorei muito; não entendia o porquê da palmada e, mesmo assim, minha mãe me obrigava ir à escola (p. 12).

A situação descrita por Aquino (2012) evidencia o quanto o ensino do período estava organizado a partir de uma ação militar “civilizadora”, que tinha o colonialismo como ideologia. Essa educação mantida e praticada em muitas escolas indígenas no Brasil contribuiu para a construção e propagação de concepções equivocadas sobre os povos indígenas, silenciamento dos saberes tradicionais e negação de questões culturais.

Ainda nessa discussão, Carvalho (2018) relata como era excluída pelos seus colegas, além de ser ridicularizada por outros alunos e por um professor que não entendia as lutas de sua comunidade. "O preconceito e a discriminação eram muito fortes nos espaços que percorri; sabia que não eram o meu lugar, mas tive que resistir, mesmo que, muitas vezes, minha alma saía ferida" (CARVALHO, 2018, p. 20).

O preconceito descrito por Carvalho (2018) é reproduzido e amparado por relações de poder, em que se vê a inferioridade, ou seja, um olhar armado de superioridade, regulação e controle, que define para onde olhar (SKLIAR, 2003). Trata-se de um discurso hegemônico produzido dentro da ótica da colonialidade, que

silencia e oculta a diferença e impõe e reafirma o seu imaginário. Um discurso em que a imagem do índio ainda continua associada a um estereótipo que causa desordem, abre as fantasias mais selvagens da posição de dominação e posiciona o sujeito em um determinado lugar social e cultural (BHABHA, 1998).

Neste sentido, o preconceito é um reflexo da colonialidade, no qual as assimetrias de poder são produtos construídos no período colonial, mas que continuam presentes e marcantes nas relações de poder e de dominação no atual momento.

Considerações

Aquino (2012), Souza (2013) e Carvalho (2018), professoras/pesquisadoras guaranis e kaiowás, assinalam em suas produções acadêmicas de mestrado que as escolas indígenas presentes em suas comunidades viveram um período de significativo avanço. Esse processo é resultado de muitas lutas e conquistas dos povos indígenas por uma educação escolar centrada na interculturalidade, na diferença e no bilinguismo. Os trabalhos ainda evidenciam que, apesar de muito ter-se transformado, algumas mudanças precisam ser pensadas e reelaboradas.

Seus estudos descrevem que não houve um avanço somente na educação escolar indígena, mas na introdução de novos pesquisadores indígenas em programas de pós-graduação, ou seja, no espaço acadêmico. A presença dos professores indígenas na pós-graduação tem provocado a realização de novas leituras, ressignificações e deslocamentos, ao pensar outras lógicas epistemológicas, metodológicas e culturais, além de um desconforto/desestabilização na maneira de perceber o outro. Em outras palavras, as dissertações desenvolvidas pelas professoras guaranis e kaiowás mostram uma escrita produzida “nas fronteiras”, uma escrita entre dois diferentes contextos e mundos. Uma escrita que ora dialoga entre os contextos, ora reexiste no tempo e no espaço em que se encontra.

A partir das produções é possível perceber, ainda, que é necessária uma mudança no ensino dos conhecimentos não indígenas a respeito dos povos tradicionais de nosso país, em especial os de cada estado. O ensino sobre as culturas indígenas deve ir além de sua história, ir além de uma "data comemorativa"; deve se

tornar um assunto discutido, não somente durante a Educação Básica, mas fazer-se presente no ensino superior. De acordo com Aquino (2012), os povos indígenas têm a importante missão de não somente ensinar, mas "aprender como viver entre dois mundos e, a partir daí, superar as fronteiras da vida e encarar com facilidade o transitar na reorganização do seu espaço de mediar dois mundos tão diferentes" (p. 57).

Os trabalhos apresentam a forte presença do colonialismo e registram acontecimentos que extrapolam o racismo, a discriminação e o preconceito. Produzem discursos que fixam, prendem e naturalizam a identidade do sujeito, além de ignorar e camuflar a diferença do Outro.

Referências

AQUINO, Elda Vasques. **Educação escolar indígena e os processos próprios de aprendizagens:** espaços de inter-relação de conhecimentos na infância guarani/kaioiwá, antes da escola, na comunidade indígena de Amambai, Amambai - MS. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2012.

BENGOA, José. **La emergência indígena em América Latina.** Santiago/Chile: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te'yikue.** 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. **Tellus** (UCDB), Campo Grande - MS, v. 26, p. 45-66, jan./jun. 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRAND, Antônio Jacó. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá.** 1993. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra.** 1997. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, Porto Alegre - RS, 1997.

CARVALHO, Katiana Barbosa de. **A matemática da cultura guarani/kaiowa e o processo de ensino/aprendizagem: diálogos de saberes.** 2018. 99 f. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2018.

CHAMORRO, G. Povos indígenas guarani falantes no estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI – XXI). In: CHAMORRO, G.; COMBÉS, I. (org.) **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados: UFGD, 2015. p. 293-323.

LESCANO, Claudemiro Pereira. **Tavyterã Reko Rokyta: os pilares da educação Guarani Kaiowá nos processos próprios de ensino e aprendizagem.** 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2016.

SOUZA, Teodora de. **Educação escolar indígena e as políticas públicas no município de Dourados/MS (2001-2010).** 2013. 216 f. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2013.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. Elementos acerca da sociodiversidade dos povos indígenas do Brasil e no Mato Grosso do Sul. In: Antônio Hilário Aguilera Urquiza (org.). **Antropologia e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.** 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2016.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; ABREU, Aurieler Jaime de; ALVES, Rozane Alonso. A educação escolar guarani e kaiowá no Mato Grosso do Sul. **Questio: revista de estudos em educação, Sorocaba - SP, v. 19, n. 2, p. 273-289, 1 set.** 2017.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; ABREU, A. J. de. A pedagogia guarani nas percepções dos professores guarani e kaiowá do Mato Grosso do Sul. **Revista de Educação Pública, Cuiabá – MT, v. 30, jan./dez., p. 1-20, 2021.**

WALSH, Catherine. Estudos (inter)culturais na chave decolonial. **Tabula Rasa, Bogotá, n. 12, p. 209-227, jan./jun. 2010.**

Recebido em: 14/07/2022

Parecer: 15/08/2022

Aprovado em: 25/05/2022